



TRANSPARÊNCIA EM VOZ ALTA
Relatório anual 2014

Fundada a 17 de setembro de 2010, a Transparência e Integridade, Associação Cívica é a representante em Portugal da Transparency International (TI), organização que coordena um conjunto de organizações da sociedade civil em mais de 100 países dedicadas ao combate à corrupção.

Edição:

O relatório anual é uma publicação da responsabilidade da Direção da Transparência e Integridade, Associação Cívica

Abril de 2015

Agradecimentos:

Pelo incansável trabalho realizado ao longo de um ano intenso, pelo voluntarismo e o espírito de missão que deram às atividades da TIAC, os voluntários que, nas mais diversas áreas, contribuíram para o crescimento e afirmação da associação merecem a nossa gratidão e admiração.

Pelo apoio técnico e logístico constante e pela hospitalidade contínua e generosa, ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, à sua Direção e aos seus colaboradores é devido um agradecimento especial.

Transparência e Integridade, Associação Cívica
www.transparencia.pt

A Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) é uma organização da sociedade civil, independente, que tem como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade.

Para isso, a TIAC trabalha em cinco vertentes específicas:

- . Sensibilização pública dos cidadãos, desenvolvendo campanhas de informação, conferências, materiais educativos e iniciativas públicas sobre os temas da corrupção.

- . Investigação & Desenvolvimento, através da produção de relatórios, índices e dados estatísticos que permitam um conhecimento mais profundo e sistemático sobre a corrupção e o seu combate a nível nacional e internacional.

- . Monitorização de Progressos, medindo e avaliando o grau de cumprimento das convenções internacionais ratificadas pelo Estado português em matéria de corrupção e promoção do Governo Aberto e da transparência pública.

- . Lóbi Político e Advocacia Social trabalhando junto das autoridades públicas para que implementem em Portugal as melhores práticas de controlo e combate à corrupção, nomeadamente através de reformas legislativas e da adoção de uma verdadeira Estratégia Nacional Contra a Corrupção.

- . Educação e Apoio a Denunciantes prestando assistência aos cidadãos empenhados em denunciar suspeitas de corrupção às autoridades competentes.

MENSAGEM DA DIREÇÃO

A PALAVRA DO ANO

Não é por acaso que uma votação online realizada no final de 2014 indicou “Corrupção” como a palavra do ano. Depois de demasiados anos em que este era um termo tabu na sociedade portuguesa, cidadãos e decisores despertaram para o problema de forma irreversível em 2014.

Foi um despertar rude: vários escândalos de corrupção envolvendo responsáveis políticos ao mais alto nível deram um rosto visível a suspeitas que, em alguns casos, eram sussurradas há muito. Noutros processos mediáticos ficou a pairar a impressão de que, mais do que a justiça, foi a impunidade que triunfou.

Neste ambiente atribulado, a TIAC orgulha-se do seu contributo. De forma sólida e segura, continuámos o nosso trabalho de escrutínio sobre as instituições, apontando os caminhos de reforma indispensáveis para melhorar a qualidade da democracia. Reforçámos a nossa presença no espaço mediático e no debate público, liderando uma discussão informada e lúcida sobre o problema e colocando soluções claras em cima da mesa.

Prosseguimos a mobilização cívica, dando as boas vindas a novos associados e agregando novos seguidores no nosso site e redes sociais. E reunimos com decisores, partilhando o nosso conhecimento em defesa de um Estado mais aberto, democrático e transparente.

É desta forma livre, independente e exigente que continuaremos a trabalhar para aproximar cidadãos e decisores, melhorar a qualidade da democracia, aperfeiçoar os mecanismos de transparência e prestação de contas e contribuir para o melhor funcionamento das instituições.

Internamente, a nova Direção eleita em 2014 prosseguiu a capacitação institucional da TIAC. Apesar das dificuldades financeiras da associação, encontrámos um espaço de trabalho próprio e reunimos uma pequena equipa de colaboradores para responder aos nossos associados e parceiros, desenvolver os projetos e assegurar uma comunicação e representação permanentes da associação.

Somos agora Capítulo Nacional em Formação da Transparency International e prosseguimos o nosso caminho para a acreditação como membro de pleno direito da rede global anticorrupção, à qual damos o nosso contributo empenhado e qualificado. Particularmente na área do Poder Local, temos feito um trabalho pioneiro na rede TI, nomeadamente desenvolvendo ferramentas inovadoras como o Índice de Transparência Municipal, que em 2014 foi publicado pela segunda vez e suscitou um interesse cada vez maior dos cidadãos, da comunicação social e dos próprios autarcas, que têm procurado usá-lo para melhorar a sua prestação de contas junto dos cidadãos.

É desta forma livre, independente e exigente que continuaremos a trabalhar para aproximar cidadãos e decisores, melhorar a qualidade da democracia, aperfeiçoar os mecanismos de transparência e prestação de contas e contribuir para o melhor funcionamento das instituições.

É bom ver que somos cada vez mais. A todos os que se têm juntado à TIAC, e a todos os que continuam o seu empenho neste trabalho por uma sociedade justa, muito obrigado!

A Direção

I. SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO PÚBLICA

Nos olhos do público

Num ano marcado por escândalos de grande corrupção – com destaque para a prisão do ex-primeiro-ministro José Sócrates e 11 altos funcionários públicos na investigação relacionada com a atribuição de Vistos Gold –, a TIAC teve uma projeção mediática sem precedentes em 2014.

Fosse pela divulgação pública das nossas iniciativas ou em resposta a solicitações da comunicação social que nos procurou para analisar notícias e desenvolvimentos relevantes nesta área, os membros da Direção e o diretor executivo foram presença regular na comunicação social e no debate público, com centenas de aparições mediáticas e menções em órgãos de TV, rádio, imprensa escrita ou online.

Esta visibilidade acentuou-se no último trimestre do ano, em que se conjugaram a divulgação do nosso Índice de Transparência Municipal, a publicação do relatório sobre a prática de lóbi em Portugal, o lançamento do Índice de Corrupção Percecionada da Transparency International e escândalos mediáticos como a Operação Marquês ou a Operação Labirinto.

Proximidade

Além da disponibilidade dos membros da Direção, a entrada em funções de um diretor executivo permitiu à TIAC aumentar a sua participação em eventos e conferências – e tomar mais iniciativas de proximidade. Ao longo do ano, estivemos presentes em conferências académicas, tertúlias e debates públicos por todo o país, a convite de universidades, centros de investigação ou associações locais.

Por iniciativa da TIAC, organizámos sete seminários no Porto, entre Março e Outubro, para os quais convidámos oradores reputados nas suas áreas de especialização. Com boa adesão de público e suscitando debates animados, passaram pela Reitoria da Universidade do Porto o investigador Pedro Bingre do Amaral, a ativista Bárbara Rosa, o engenheiro Carlos de Brito, o comentador Medina Carreira, o padre Jardim Moreira, o coronel Vasco Lourenço e o académico José Pedro Fernandes.

Redes Sociais

Maior Impacto

FACEBOOK Nº TOTAL DE SEGUIDORES:	FACEBOOK	YOU TUBE
1 Janeiro 2014: 17.207	Pico de alcance da página: 15 Dezembro 2014	97.790 visualizações em 2014 (+48,13% do que em 2013)
31 Dezembro 2014: 30.431	71.570 pessoas alcançadas num só dia	588.733 minutos visualizados (+36,25% do que em 2013)

Unmask the Corrupt

Apesar dos avanços na legislação internacional de combate à corrupção, continua a ser demasiado fácil para os corruptos gozarem impunemente o produto dos seus crimes além-fronteiras. Atenta a esta realidade, a Transparency International lançou em 2014 a iniciativa global Unmask the Corrupt: http://www.transparency.org/unmask_the_corrupt/pt/

O objetivo é chamar a atenção para os mecanismos que permitem a oficiais corruptos de um determinado país esconder a sua riqueza ilegal noutros países e gozar impunemente os bens desviados pela corrupção. Com isso, a TI pretende reforçar os mecanismos de prevenção e punição desta corrupção transnacional.

A TIAC foi um dos 12 primeiros capítulos da Transparency International em todo o mundo envolvidos na fase piloto desta campanha. Ajudámos a definir os temas e a mensagem global e testámos materiais informativos e de promoção. No âmbito da campanha Unmask the Corrupt, iniciámos trabalhos de pesquisa em áreas sensíveis como os Vistos Gold e a transparência dos movimentos de bens e capitais em Portugal.

II. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

Match Fixing

O futebol, pelas paixões que suscita e os montantes financeiros que movimenta, é uma área sujeita a elevados riscos – e elevadas perceções – de corrupção. Nos últimos anos, escândalos internacionais envolvendo dirigentes do futebol e suspeitas de manipulação de resultados em competições desportivas – associados a operações de branqueamento de capitais levadas a cabo por organizações criminosas internacionais ligadas ao mundo das apostas desportivas – levaram a uma maior preocupação com a prevenção e combate à corrupção no mundo do futebol.

Em colaboração com o Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do ISCTE-IUL, que assumiu a gestão do projeto financiado pela Comissão Europeia, a TIAC completou em 2014 um estudo conduzido em seis países europeus – Alemanha, Lituânia, Grécia, Itália, Inglaterra e Portugal – acerca da integridade das estruturas de gestão do futebol e os riscos de corrupção nesta área, com um conjunto de recomendações para o reforço da integridade das estruturas dirigentes do futebol português.

O relatório “Manipulação de resultados no futebol português - Perceções, atitudes, riscos e narrativas” identificou várias áreas de risco, incluindo os conflitos institucionais dentro da modalidade, a integridade da arbitragem e o papel dos agentes desportivos.

Fizemos um estudo das perceções de corrupção junto de árbitros em Portugal e publicámos em Maio de 2014 o relatório “Manipulação de resultados no futebol português - Perceções, atitudes, riscos e narrativas”, identificando várias áreas de risco, incluindo os conflitos institucionais dentro da modalidade, a integridade da arbitragem e o papel dos agentes desportivos. Questões como os direitos económicos e os fundos de investimento em jogadores, a situação financeira dos clubes e a inexistência de sistemas de proteção aos denunciadores foram também identificadas.

Além de um workshop com responsáveis do futebol português e de uma conferência de apresentação de resultados, foram também produzidos outros materiais de divulgação e comunicação que podem ser consultados no site do projeto: <http://futebol.transparencia.pt/>

Lóbi

Em Portugal, a representação de interesses junto dos poderes públicos – o famoso lóbi – não é sujeita a qualquer regulação, o que significa que interesses altamente organizados com acesso desproporcionado aos decisores públicos operam as suas influências sem qualquer escrutínio ou

transparência, negando aos cidadãos comuns igualdade de acesso à participação nas políticas públicas.

Atentos a esta realidade, participámos em 2014 num estudo dinamizado pela Transparency International que fez uma análise do enquadramento legal e da realidade do lóbi em 19 países europeus e nas instâncias da União Europeia.

Em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que fez a gestão do projeto financiado pela Comissão Europeia, publicámos em Novembro de 2014 o relatório “Lóbi a Descoberto: o Mercado de Influências em Portugal”, que traça um mapa do panorama nacional nesta questão e estabelece um conjunto de recomendações de reforma, com destaque para a necessidade de se adotar em Portugal uma pegada legislativa que registe todos os contributos dados por entidades externas durante a elaboração de leis e normas regulatórias, de forma a mapear quem – e como – interveio no processo.

O projeto prossegue em 2015, nomeadamente com a publicação de um estudo comparativo da realidade nos vários países europeus e nas principais instituições europeias. Os resultados podem ser acompanhados no site do projeto: <http://lobi.transparencia.pt/>

Índice de Transparência Municipal

Pelo segundo ano consecutivo, medimos a informação disponibilizada pelas 308 Câmaras Municipais portuguesas nos seus websites. O Índice de Transparência Municipal (ITM) produz um ranking anual dos municípios de acordo com a informação de interesse publicada nos portais institucionais de cada Câmara Municipal.

A segunda edição do Índice ficou marcada por um aumento significativo do número de municípios que responderam ao contraditório, participando na revisão dos seus próprios scores e sugerindo à equipa do projeto correções aos dados apurados – de 29 participantes em 2013, passaram a 126 as Câmaras que se empenharam no processo em 2014. Houve também uma subida significativa do score dos primeiros classificados, tendo os municípios de Alfândega da Fé, Carregal do Sal e Torres Novas alcançado as três primeiras posições.

O ranking foi lançado em Novembro de 2014, em Lisboa, seguido de um workshop, realizado também em Novembro, na Universidade de Aveiro. Os resultados do Índice de Transparência Municipal 2014 e os comparativos com a primeira edição, em 2013, podem ser consultados no site do projeto: <http://poderlocal.transparencia.pt/>

O Arquitecto Municipal e a Garantia da sua Imparcialidade

Em paralelo à edição deste ano do ITM, publicámos um ensaio sobre uma questão de particular relevância para a integridade do Poder Local, que se relaciona com o cruzamento entre decisores públicos e interesses imobiliários. O ensaio “O Arquitecto Municipal e a Garantia da sua Imparcialidade”, do jurista Maxime Sousa Bispo, especializado em Direito do Urbanismo, faz um levantamento das principais áreas de risco na atuação dos departamentos de urbanismo, com um conjunto de recomendações para o reforço a integridade na ação dos arquitetos municipais.

Local Integrity Systems

Ainda na área do Poder Local, participámos em 2014 num projeto piloto da Transparency International para avaliarmos a integridade dos mecanismos de Poder Local em Portugal. O relatório “Local Integrity System Assessment” debruçou-se sobre os municípios de Lisboa e Braga, avaliando pilares como os executivos camarários, as assembleias municipais, o funcionamento dos

partidos políticos a nível local e o papel dos organismos de controlo e supervisão sobre o poder autárquico no nosso país.

Este trabalho, que pode ser consultado no site da TIAC sobre Poder Local – <http://poderlocal.transparencia.pt/> – serviu também de base ao primeiro esboço de uma política de abordagem às questões de integridade do Poder Local que está a ser desenvolvida pela Transparency International para enquadrar o trabalho dos vários capítulos a nível global.

III. MONITORIZAÇÃO DE PROGRESSOS

Saída da Troika

Em Maio de 2014, Portugal completou formalmente o programa de resgate acordado em 2011 com a Troika – Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. A TIAC acompanhou de perto a implementação do programa da Troika e fez, na hora da despedida, um balanço negativo da forma como foram conduzidos alguns dos processos mais sensíveis acordados com as instituições que geriram o resgate externo.

Avaliando o cumprimento de um conjunto de recomendações e alertas entregues ao Governo, Parlamento e membros da Troika em 2011, concluímos que o programa de resgate não foi acompanhado de amplas reformas anticorrupção ou da criação de mecanismos mais sólidos de rigor, transparência e acesso a informação nos processos orçamentais e nos gastos do Estado.

A implementação do memorando da Troika foi mais uma oportunidade perdida para aplicar em Portugal mecanismos de prevenção de corrupção e estruturas mais robustas de controlo sobre os negócios públicos.

A renegociação das Parcerias Público-Privadas não foi acompanhada de uma prestação de contas clara e transparente, mantiveram-se intactas estruturas de conflitos de interesses entre política e negócios e prosseguiram-se operações sensíveis de privatizações e concessões sem um acompanhamento atento, quer da opinião pública, quer de instâncias independentes, o que agravou riscos e criou novas oportunidades para a corrupção.

Por tudo isto, concluímos que a implementação do memorando da Troika foi mais uma oportunidade perdida para aplicar em Portugal mecanismos de prevenção de corrupção e estruturas mais robustas de controlo sobre os negócios públicos.

Convenção da OCDE

Tornou-se já um hábito, em colaboração com a Transparency International, medirmos anualmente os progressos dos vários países da OCDE na implementação da Convenção Anti-Suborno, que criminaliza o pagamento de subornos em transações comerciais internacionais. A TIAC esteve mais uma vez envolvida na avaliação da situação portuguesa, incluída no relatório «Exporting Corruption - Progress Report 2014: Assessing Enforcement of the OECD Convention on Combating Foreign Bribery», publicado pela Transparency Internacional em Outubro de 2014.

Os resultados de Portugal – infelizmente à semelhança de anos anteriores – continuam a mostrar uma persistente falta de eficácia da justiça na investigação de suspeitas de suborno de agentes estrangeiros por parte de empresas portuguesas. Trata-se de uma ineficácia tão mais preocupante quanto é sabido que Portugal tem vindo a intensificar relações comerciais com países com elevados níveis de corrupção percebida.

O relatório pode ser consultado no site da Transparency International:

http://www.transparency.org/whatwedo/publication/exporting_corruption_progress_report_2014_essing_enforcement_of_the_oecd

Índice de Corrupção Percecionada

Lançado no início de Dezembro, este é o principal índice global de perceções de corrupção publicado pela Transparency International, medindo a avaliação feita por observadores externos aos riscos de corrupção na Administração Pública e instituições de cada país.

Depois de vários anos de queda progressiva no índice de corrupção percecionada, o nosso país estagnou, revelando a necessidade de políticas integradas de combate à corrupção para que Portugal recupere a sua reputação junto dos observadores internacionais

Mais uma vez, o lançamento do índice teve grande repercussão mediática em Portugal e no mundo. O nosso país alcançou em 2014 a 31ª posição entre os países mais transparentes no ranking global, com 63 pontos num total de 100 – sendo que 100 é “absolutamente transparente” e 0 “absolutamente corrupto”.

Depois de vários anos de queda progressiva no índice de corrupção percecionada, o nosso país estagnou, revelando a necessidade de políticas integradas de combate à corrupção para que Portugal recupere a sua reputação junto dos observadores internacionais e seja capaz de dinamizar o investimento externo e a criação de riqueza.

O índice pode ser consultado no site da TI:

<http://www.transparency.org/whatwedo/publication/cpi2014>

Relatório Anticorrupção UE

Pela primeira vez, a Comissão Europeia publicou em 2014 um relatório de avaliação da eficácia dos Estados-membros na prevenção e combate à corrupção. O Relatório Anticorrupção da União Europeia, publicado em Fevereiro, conclui de um modo geral, no que diz respeito ao nosso país, que Portugal tem tendência a rever a sua legislação em linha com as recomendações resultantes de convenções internacionais ratificadas pelo Estado, mas que essas alterações legislativas tardam em dar resultados no terreno.

A justiça portuguesa, dizem os avaliadores europeus, continua a demonstrar falta de eficácia na investigação e punição de agentes envolvidos em negócios corruptos.

A TIAC acompanhou de perto a avaliação feita pela Comissão Europeia e tomámos posição pública no dia em que foi publicado o Relatório Anticorrupção da UE.

«O relatório faz um bom trabalho a listar as leis e regulamentos que o Estado português tem vindo a produzir. O problema é que são reformas “para inglês ver” que não trouxeram mais eficácia ao combate à corrupção. Portugal gosta de mudar leis e criar organismos em resposta a avaliações internacionais, mas na prática pouco muda. Infelizmente, as autoridades portuguesas são muito lestras no plano formal mas muito ineficazes em termos de resultados», disse a Direção da TIAC em comunicado, no dia em que saiu o relatório.

VI. LÓBI POLÍTICO E ADVOCACIA SOCIAL

Contactos com decisores

Por iniciativa da TIAC ou a convite de responsáveis políticos e partidários de vários quadrantes, a nossa associação intensificou a participação em encontros de trabalho e sessões públicas para colocar na agenda partidária o combate à corrupção.

A convite do Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal, dinamizado pelo Partido Socialista, participámos em reuniões sobre políticas de promoção da transparência e combate à corrupção, colocando a tónica em quatro prioridades:

- Regulação mais eficaz dos conflitos de interesses na política
- Políticas robustas e avançadas de acesso a informação por parte dos cidadãos
- Reformas exigentes dos mecanismos de financiamento político, com um reforço das instâncias de controlo
- Adoção de políticas de proteção efetiva a denunciadores, como forma de aumentar a eficácia da investigação criminal contra a corrupção.

No âmbito destas consultas, a TIAC foi convidada, com outras organizações da sociedade civil, a participar num evento organizado em Lisboa por vários partidos socialistas da Europa, em Abril. Aproveitámos a oportunidade para defender, olho no olho, um maior compromisso do PS na regulação de conflitos de interesses, a começar dentro do próprio partido.

Mantivemos ao longo do ano contactos com vários partidos e movimentos políticos, seja tomando posição sobre iniciativas ou prioridades de combate à corrupção, ou em resposta a pedidos de apoio e troca de conhecimentos nas áreas de intervenção da TIAC.

Contámos para isso, inclusivamente, com o empenho de membros da TIAC que são simultaneamente militantes de partidos e que se esforçaram por colocar na agenda dos seus movimentos as preocupações de reforma da Transparência e Integridade. Um exemplo, nesse sentido, foi a palestra dinamizada pela TIAC a convite do Partido Ecologista Os Verdes, organizada em Lisboa, no mês de Novembro, em que mais uma vez alertámos os partidos com representação parlamentar para a sua responsabilidade em agir de forma determinada contra a corrupção.

Guiné Equatorial na CPLP

Reforçando uma campanha já desenvolvida no ano anterior, a TIAC voltou a mobilizar-se contra a adesão da Guiné Equatorial à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em rede com várias outras organizações e movimentos da sociedade civil do espaço lusófono. Ao contrário do que acontecera em 2013, no entanto, este ano a adesão do regime de Teodoro Obiang como membro de pleno direito da CPLP veio mesmo a ser consagrada na cimeira de Díli, em Julho.

Além do facto de a população da Guiné Equatorial não falar português, a adesão deste país (elencado persistentemente entre os mais corruptos e repressivos do mundo) significa para a sociedade civil uma capitulação da comunidade lusófona aos interesses do petróleo e dos negócios obscuros que envolvem políticos e empresários em vários dos países de língua portuguesa.

Apesar de ter sido impossível travar a adesão plena da Guiné Equatorial – um país que procurou a proteção da CPLP ao mesmo tempo que via os seus mais altos responsáveis acossados por investigações de corrupção em França e nos EUA –, a campanha de informação levada a cabo

pelas organizações participantes permitiu expor a verdadeira natureza de um regime pouco conhecido dos portugueses.

Defesa da liberdade na Hungria

Em solidariedade com os nossos colegas da Transparency International Hungria – e de outras ONG perseguidas pelo Governo daquele país –, a TIAC escreveu em Junho de 2014 ao embaixador da Hungria em Portugal e ao ministro português dos Negócios Estrangeiros protestando contra a degradação das liberdades cívicas e o retrocesso democrático protagonizado pelo executivo do primeiro-ministro Victor Orbán.

Numa atitude autoritária e de limitação da capacidade de ação da sociedade civil, o Governo húngaro procurou condicionar a liberdade de ação de organizações da sociedade civil, designadamente as que recebem fundos de cooperação para o desenvolvimento da Noruega – razão por que apelámos também ao embaixador norueguês em Lisboa.

«Numa democracia, todos os governos, independentemente da sua filiação política, devem defender o direito dos cidadãos monitorizarem e avaliarem livremente as instituições públicas, bem como os titulares de cargos públicos. A Hungria, membro da União Europeia, está igualmente vinculada a esse dever», disse a Direção da TIAC na carta enviada ao representante diplomático húngaro em Lisboa.

V. EDUCAÇÃO E APOIO AOS DENUNCIANTES

Provedoria TIAC - Alerta Anticorrupção

Desde que a TIAC nasceu, a 17 de Setembro de 2010, a associação começou a ser procurada por cidadãos em busca de informação e apoio para denunciarem ou encaminharem situações de corrupção de que tinham conhecimento.

Em Outubro criámos uma área dedicada à Provedoria TIAC – Alerta Anticorrupção no nosso website – <https://transparencia.pt/#provedoria> –, que permite a qualquer cidadão fazer uma denúncia de forma segura, encriptada, para a equipa da associação

Após vários anos de esforço e voluntarismo, 2014 foi um ano muito importante porque nos permitiu finalmente criar uma estrutura dedicada de aconselhamento e informação aos cidadãos vítimas ou testemunhas de corrupção. Graças a um projeto da Transparency International com financiamento da Comissão Europeia, foi possível lançar a Provedoria TIAC – Alerta Anticorrupção para estruturar e capacitar o nosso trabalho de educação e apoio a denunciantes.

O projeto, implementado em sete países europeus, permitiu em Portugal recrutar uma pequena equipa de três pessoas – duas a meio tempo e um coordenador a tempo inteiro – capazes de atender e encaminhar os cidadãos. O projeto começou com uma visita de trabalho de dois dias aos nossos colegas da Transparency International Irlanda, que gerem há vários anos um serviço de apoio e informação muito bem sucedido.

Em Outubro criámos uma área dedicada à Provedoria TIAC – Alerta Anticorrupção no nosso website – <https://transparencia.pt/#provedoria> –, que permite a qualquer cidadão fazer uma denúncia de forma segura, encriptada, para a equipa da associação. Produzimos materiais de comunicação e divulgação do serviço e recorremos à comunicação social para passar a palavra,

num trabalho que culminou com a festa de lançamento do projeto, na Casa Independente, em Lisboa, onde comemorámos o Dia Internacional Contra a Corrupção, a 9 de Dezembro.

VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA

Equipa de trabalho

2014 foi um ano transformativo para a TIAC. Em Fevereiro, a associação pôde finalmente estabelecer-se em sede própria, uma sala cedida a custos competitivos através de uma parceria com a associação Raízes. Pela primeira vez desde a sua fundação, a Transparência e Integridade pôde finalmente dispor de um espaço de trabalho, ainda que modesto, para desenvolver os seus projetos.

A associação continua muito dependente do financiamento de projetos específicos inseridos nas nossas redes de cooperação com a Transparency International. Na sua esmagadora maioria, este tipo de financiamento não pode ser aplicado às despesas de funcionamento da organização

A criação de uma equipa de trabalho, possibilitada pelo financiamento ao projeto Provedoria TIAC – Alerta Anticorrupção, veio impulsionar a nossa ação e visibilidade, embora continue a levantar questões de sustentabilidade a médio prazo.

A associação continua muito dependente do financiamento de projetos específicos inseridos nas nossas redes de cooperação com a Transparency International. Na sua esmagadora maioria, este tipo de financiamento não pode ser aplicado às despesas de funcionamento da organização, o que nos mantém muito dependentes da cobrança de quotas e donativos dos associados que, por sua vez, não é ainda suficientemente eficaz para custear todas as despesas de funcionamento.

Sistema de apoio à gestão

Em 2014, depois de um longo trabalho de desenvolvimento, começámos a implementar um sistema informático de suporte à gestão baseado numa plataforma de software livre, que nos permite um registo e acompanhamento mais automatizado da atividade dos nossos associados, melhorando desejavelmente a forma como a associação comunica com os seus membros. Há ainda muito trabalho a fazer.

Em Setembro, graças a um estágio profissional financiado pelo Fundo Social Europeu, recrutámos uma estagiária que passou a assegurar a gestão corrente de quotas e donativos e o apoio aos projetos em curso, além da resposta às solicitações quotidianas dos associados.

Sabemos que é a terceira pessoa em quatro anos a assumir funções de secretariado na TIAC – uma demonstração eloquente da dificuldade de recursos que nos impede de dar alguma estabilidade a esta parte crucial do trabalho.

Capacitação

No início de Julho recebemos a visita de uma equipa da Transparency International que esteve na nova sede a dar formação à equipa e aos voluntários da TIAC em áreas de gestão de projectos e organização de atividades. Antes disso, em Março, tínhamos finalmente sido admitidos como Capítulo Nacional em Formação da Transparency International, o último passo antes de nos tornarmos Capítulo Nacional de pleno direito.

2014 foi o ano em que a associação começou a profissionalizar-se, com uma estrutura mínima. Isso implicou também alterações na orgânica da associação, com a perda de dois membros da Direção. Tirando partido do financiamento do projeto Provedoria TIAC – Alerta Anticorrupção e de algum apoio pontual de curta duração da Transparency International, a Direção pediu a dois dos seus membros, João Paulo Batalha e Bárbara Rosa, que assumissem respetivamente os papéis de Diretor Executivo da associação e coordenadora do programa de capacitação da TIAC.

[Este foi um ano de viragem em que, a uma lógica de puro voluntarismo – com todas as limitações que isso implica – a TIAC começou um delicado e difícil caminho de profissionalização da sua gestão](#)

Embora os nossos estatutos permitam que membros da Direção possam ser remunerados por funções de gestão dedicada da associação, foi consensual – para assegurar uma saudável segregação de funções e em linha com as melhores práticas dos capítulos nacionais da Transparency International – que estes dois membros apresentassem a sua demissão de forma a assumir as novas missões – no caso da missão de capacitação institucional, concluída com sucesso no final de 2014, com o desenvolvimento de novos materiais de divulgação e comunicação institucional e com um mapeamento de potenciais parceiros e doadores.

Este foi um ano de viragem em que, a uma lógica de puro voluntarismo – com todas as limitações que isso implica – a TIAC começou um delicado e difícil caminho de profissionalização da sua gestão. É um caminho cuja sustentabilidade terá de ser assegurada nos próximos anos e que coloca um grande desafio à organização e à equipa. Mas é um caminho necessário, semelhante ao percorrido por todos os capítulos da Transparency International em todo o mundo. É um caminho que, em 2014, permitiu impulsionar de forma muito importante o trabalho e a visibilidade da associação. É este também o desafio para os próximos anos da nossa atividade.

Transparência e Integridade,
Associação Cívica
Rua Leopoldo de Almeida 9B
1750-137 Lisboa

Tel.: (+351) 21 752 20 75

secretariado@transparencia.pt
www.transparencia.pt

facebook.com/transparenciapt
twitter.com/transparenciapt

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE CIVICA

Contribuinte: 509569242

Moeda: EUR

**BALANÇO em 31-12-2014
(ESNL)**

Rubricas	Notas	2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Activo corrente			
Outras contas a receber		0,00	18,98
Caixa e depósitos bancários		17.206,27	33.660,37
Subtotal		17.206,27	33.679,35
Total do activo		17.206,27	33.679,35
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		5.507,34	5.233,92
Subtotal		5.507,34	5.233,92
Resultado liquido do exercicio		442,22	273,42
Total do capital próprio		5.949,56	5.507,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes publicos		2.854,15	3.407,37
Diferimentos		2.358,02	17.148,11
Outras contas a pagar		6.044,54	7.597,55
Subtotal		11.256,71	28.153,03
Total do Passivo		11.256,71	28.153,03
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		17.206,27	33.660,37

A Direção

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE CIVICA

Moeda: EUR

Contribuinte: 509569242

Demonstração de resultados por naturezas em 31-12-2014

(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados		5.578,50	2.495,50
Subsídios, doações e legados à exploração		74.946,20	55.242,17
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-29.630,35	-43.151,49
Gastos com o pessoal		-49.599,68	-14.232,44
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-731,33	-5,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		563,34	348,30
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		563,34	348,30
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		563,34	348,30
Impostos sobre o rendimento do período		-121,12	-74,88
Resultado líquido do período		442,22	273,42

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção